

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: POLÍTICAS INSTITUIDAS E PERSPECTIVAS

Claudiana Raymundo dos Anjos¹

Programa de Pós-Graduação – Ufes

Reginaldo Celio Sobrinho²

Centro de Educação – Ufes

Christiano Felix dos Anjos³

Prefeitura Municipal de Cariacica – ES

Sonia Lopes Victor⁴

Programa de Pós-Graduação – Ufes

EIXO 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social

Resumo

Este artigo, tem como objetivo problematizar a dinâmica de inclusão escolar de crianças com deficiência visual por meio dos dados estatísticos relativos ao fluxo total de matrículas dessa população em escolas estaduais de Educação Básica, pertencentes ao sistema estadual de ensino, localizadas no município de Vila Velha/ES. O aporte teórico está baseado nos constructos da Sociologia Processual elaborada por Norbert Elias (1994, 2001) em diálogo com a literatura que versa sobre o direito das crianças à educação escolar. Os dados permitem destacar a pertinência da identificação quantitativa de crianças que se encontram matriculadas nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental com diagnóstico de deficiência visual e de outras deficiências reconhecendo essa ação como importante dispositivo para a produção de políticas que atendam suas necessidades e especificidades, desde a primeira etapa de escolarização. Nessa direção, observa-se que a dinâmica de acesso e de permanência dos alunos no contexto escolar precisa ser cada vez mais problematizada focalizando-se as condições de realização do trabalho dos profissionais que atuam com essas crianças, a fim de garantir sua aprendizagem. Os dados apresentados indicam a necessidade de se prosseguir com esses estudos, visando a garantia à educação, o que implica, necessariamente uma cuidadosa (re)visão de concepções relativas ao processo de inclusão escolar dessas crianças.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Visual. Fluxo de matrículas.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e professor de Educação Especial pela prefeitura de Cariacica ES.

⁴ Professora Doutora titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo vinculado ao PPGE.

Introdução

No Brasil, a história da escolarização de crianças na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental⁵ tem se destacado por uma presença tardia. Inicia-se de forma precária, no final do século XIX, com a abertura das primeiras instituições e, desde sua origem, apresenta uma dicotomia nas concepções de educação que justifica a distinção entre os processos educativos destinados às crianças.

Somente na década de 1980 esse quadro mudou mais consistentemente e a educação, ainda que marcada por longos e intensos debates na nova Constituição Federal 1988. Não por acaso, toda a legislação infraconstitucional editada posteriormente referendou o direito à educação e a obrigatoriedade do ensino como princípios basilares da atuação estatal (FERREIRA, CURY, 2010).

Assim, nas décadas finais do século XX, ganharam evidência as reivindicações da sociedade brasileira à ampliação e à garantia do direito à educação. Nesse cenário, a Educação Infantil (EI), bem como o processo de escolarização de crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), logrou espaço em legislações que, crescentemente, especificavam os modos pelos quais a obrigatoriedade escolar deveria ser materializada.

Sem perder de vista outras questões importantes, a ampliação da obrigatoriedade escolar (conforme estabelecida pela Emenda Constitucional 59), articulada à luta pelo aumento de recursos públicos para a educação nacional pública e à luta pela garantia de qualidade social na educação ofertada, constituíram pauta importante no processo de elaboração e de aprovação dos novo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005), com vigência por dez anos (BRASIL, 2014).

Tratando-se de crianças que constitui o público-alvo da Educação Especial⁶ (PAEE), parece-nos absolutamente relevante o desenvolvimento de estudos que tematizem a materialização

⁵ No contexto educacional brasileiro, de acordo com a LBD 9.304/96 a educação escolar encontra-se assim definida: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola (Educação Infantil), Ensino Fundamental e Ensino Médio.

⁶ Na perspectiva da Educação Inclusiva exposta no Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-EI é definido como público-alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

de políticas públicas para a infância, focalizando, especialmente, o direito à educação e a obrigatoriedade do ensino. A esse respeito, é importante destacar que em nossos estudos, vimos assumindo a concepção de infância como processo histórico-cultural localizado na primeira década da vida humana (SARAT, 2012).

Ocupando-nos dessas considerações, desenvolvemos âmbito do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”, um estudo específico⁷ que tematiza as práticas escolares e pedagógicas do professor/a de arte junto a estudantes com deficiência visual. Essa temática tem seu delineamento pautado na literatura que problematiza questões relativas à situação profissional dos docentes e suas implicações na qualidade do ensino ofertado pela/na Educação pública Brasileira (MESQUITA; CARNEIRO; AFONSO, 2017).

Assim, neste texto, temos como objetivo problematizar a dinâmica de inclusão escolar de crianças com deficiência visual a partir de dados estatísticos relativos ao fluxo de matrícula dessa população em escolas estaduais de Educação Básica, localizadas no município de Vila Velha/ES. Em nossas análises, estabelecemos o período de 2009 a 2018 como recorte temporal. Esse recorte expressa o início da materialização da política em 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) - que estabeleceu o direito de matrícula à criança PAEE constituindo no país uma única forma de escolarização para todas as crianças.

O método: perspectivas e intenções

No cumprimento do objetivo proposto neste estudo, realizamos uma pesquisa documental, caracterizada pelo uso de fontes primárias para coletar e reunir informações acerca de um objeto de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2007). Trabalhamos com os microdados de matrícula do censo escolar dos anos de 2009 a 2018 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep até este ano.

⁷ O estudo que realizamos está vinculado a uma pesquisa mais ampla, intitulada: “Política orçamentária e trabalho docente na educação especial em realidades brasileiras e mexicanas”, que objetiva analisar a interdependência política orçamentária e o trabalho docente na garantia do direito à educação das crianças e dos adolescentes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou com indícios de altas habilidades e/ou superdotação, em realidades brasileiras e mexicanas.

Cumpramos destacar que os microdados expressam os dados brutos do censo escolar e o censo se apresenta como uma base de dados importante no que se refere a questão de pensar em políticas públicas educacionais, para estudantes PAEE, bem como para compreender como vem se dando a dinâmica de acesso dessa população ao sistema de ensino (ANJOS, 2016).

Buscamos nos dados do estado do Espírito Santo e nos do município de Vila Velha/ES o número total de matrículas, mais especificamente, o quantitativo de matrículas de estudantes PAEE, entre eles os estudantes com deficiência visual. Para essa busca, utilizamos as variáveis fornecidas pelo SPSS⁸, quais sejam, necessidade especial, etapa de ensino, cegueira e baixa visão.

Evidenciamos que as reflexões trazidas ao longo desta pesquisa estão baseadas nos constructos da Sociologia Processual elaborada por Norbert Elias (1994, 2001) em diálogo com a literatura que versa sobre a escolarização de crianças na etapa de ensino relacionada aos anos iniciais do EF (SARAT, 2012).

A sociologia processual diz respeito, então, ao estudo das relações humanas na sua processualidade, tomando por referências as análises micro e macrosociais nos/dos fenômenos (ELIAS, 1994).

No próximo item trazemos o fluxo de matrículas de estudantes com deficiência visual na rede estadual do ES. Em seguida, apresentaremos o município de Vila Velha, evidenciando os dados de matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial desse município. Daremos centralidade aos dados de matrícula dos estudantes com deficiência visual.

Indicadores educacionais da Educação Especial no Espírito Santo: desafios e perspectivas

No desenvolvimento deste estudo sistematizamos os dados de matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial, dando especial destaque às matrículas de estudantes com deficiência visual.

⁸ *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*.

Tabela 1: Número total de matrículas de PAEE do ES – Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
E.F. Anos Iniciais	657	1.021	1.259	1.319	1.197	1.272	1.312	1.121	1.219	1.194
E. F. Anos Finais	330	621	1.021	1.097	1.347	1.550	1.718	1.721	2.249	2.926
EJA (Todas as etapas de Ensino)	235	384	406	407	487	506	524	380	551	699

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Observando a sessão história, sistematizada na tabela 1, percebemos que a expansão escolar, assumida como política pública nas décadas finais do século XX, se mantém no curso do século XXI, tanto nas duas primeiras etapas da Educação Básica quanto na Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com os dados da tabela 1, constata-se que o número de alunos com deficiência matriculados na Educação Básica aumenta ano a ano no período, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Nos anos iniciais do EF, verificamos que o crescimento no número de matrículas se mantém no período de 2011 a 2015, sofrendo uma discreta redução nos dois anos seguintes (2016 e 2017). O cotejamento dos dados também mostra uma redução no número de matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, expressa nos anos de 2013 e 2016. De nossa perspectiva, essa redução pode estar relacionada ao processo de municipalização ocorrido no estado a partir dos anos de 1990.

Ademais, o "Programa de Municipalização na oferta do Ensino Pré-Escolar e Fundamental" promover a universalização do ensino através de ações conjunta entre municípios e estado. Sobre essa temática, alguns autores, entre eles Feijó (2007) destacam que no campo educacional tal processo não tem cumprido seu papel, estando muitas vezes ligado a uma desresponsabilização financeira e administrativa do Estado, não promovendo, efetivamente, a universalização do ensino, mas apenas transferindo para os municípios as obrigações que são do Estado.

Assim, associados a essa afirmação, embora tenha ocorrido uma discreta redução nos anos citados, os dados mais atuais (2017 e 2018), apresentam um aumento de 8,7% no ano de

2017 e, no ano de 2018, o percentual de aumento chega a 6,5%. Desse modo, no que se refere ao total de matrículas, vale destacar que no Espírito Santo, parece que o sistema estadual de ensino vem assumindo o desafio de garantir às crianças o acesso à instituição escolar. Mesmo com o processo de municipalização que prevê a divisão de atribuições/atividades educacionais entre estados e municípios.

Na tabela a seguir, apresentamos os dados relativos ao número total de matrículas de alunos com deficiência visual na rede estadual do estado do Espírito Santo no período de 2009 a 2018.

Tabela 2: Número total de matrículas de alunos deficientes visuais (cegueira e baixa visão) no estado do Espírito Santo - Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
E.F. Anos Iniciais	Cegueira	12	10	20	10	9	11	4	5	5	5
E.F. Anos Finais		12	12	8	13	10	3	10	14	13	11
EJA (todas as etapas de ensino)		13	19	10	9	14	9	11	8	8	12
Subtotal Cegueira											
E.F. Anos Iniciais	Baixa Visão	87	78	131	59	49	57	43	38	78	60
E.F. Anos Finais		58	92	126	87	106	96	104	91	143	172
EJA (todas as etapas de ensino)		27	40	40	35	37	30	30	15	75	71
Subtotal Baixa Visão											

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Os dados da tabela 2 nos permitem observar que no ES o número de matrículas de alunos com deficiência visual (baixa visão e cegueira), nos anos analisados, tem apresentado um crescimento, principalmente quando consideramos todas as etapas de ensino.

A população caracterizada com deficiência visual se constitui de pessoas cegas e de pessoas com baixa visão. Melo (2016) ressalta que a baixa visão está “[...] relacionada com o grau de dificuldade que cause incapacidade e diminua o desempenho visual” (MELO, 2016, s.p), no caso da perda total da visão (cegueira), esta pode ser congênita ou adquirida.

Conforme exposto na tabela 2, o número de matrículas de alunos com baixa visão tem sido maior em relação ao número de estudantes com cegueira. Os dados apresentados evidenciam que nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2011, o número de matrículas de estudantes com cegueira apresentou um alto crescimento em relação aos anos de 2009 e 2010. Ocorre que, nos anos seguintes, de 2011 a 2018, esse número foi reduzindo. Por outro lado, nos anos finais do Ensino Fundamental, os anos de 2012, 2016 e 2017 apresentam maior número de matrículas de estudantes com cegueira.

Com relação ao número de matrículas de alunos com baixa visão, podemos perceber um aumento significativo, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, esse crescimento tem sido mais discreto, enquanto nos anos finais, esse número de matrículas é sempre maior, apresentando um aumento mais significativo (de 20,28%) no ano de 2018.

Considerando os propósitos de nossa investigação, no próximo item focalizaremos os dados relativos ao fluxo de matrícula de estudantes PAEE matriculados em escolas estaduais de Educação Básica, localizadas no município de Vila Velha/ES.

Indicadores educacionais da Educação Especial no município de Vila Velha/ES: potências e desafios

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação do estado do Espírito Santo – SEDU, o município de Vila Velha conta com 102 escolas municipais, 29 escolas estaduais, 01 escola federal e 135 escolas privadas. Dessas 29 escolas estaduais, apenas 01 escola é considerada como escola rural e oferta EJA. Conforme exposto no quadro 1, a rede estadual de ensino do município de Vila Velha está organizado da seguinte forma: 06 escolas ofertam o Ensino Fundamental nos anos iniciais, 01 escola oferta os o Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, 02 escolas ofertam somente os anos finais do Ensino Fundamental, 08 escolas ofertam os anos finais e o Ensino Médio, 02 escolas ofertam as três etapas de ensino e 09 escolas ofertam apenas o Ensino Médio.

Quadro 1: Número total de escolas da rede estadual de ensino localizadas no município de Vila Velha/ES.

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
 XVIII SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
 UFES – VITÓRIA / ES – 22 de novembro e 6 a 8 de dezembro de 2022

EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL – Anos Iniciais	ENSINO FUNDAMENTAL – Anos Finais	ENSINO MÉDIO
-----	6 escolas (1º ao 5º ano) EF	1 escola (6º ao 9º ano) EF	-----
-----	1 Escola (1º ao 9º ano) EF		-----
-----	-----	2 escolas (6º ao 9º ano) EF	-----
-----	-----	8 escolas (6º ao 9º ano) EF (1º ao 3º ano) EM	
2 Escolas (Todas as etapas de Ensino)			
-----	-----	-----	9 escolas (1º ao 3º ano) EM

Fonte: Secretaria de Educação – SEDU. Elaboração própria.

Considerando esses dados apresentados no quadro 1, vale destacar que nos anos recentes, principalmente em 2018, as escolas estaduais de Educação Básica localizadas no município contaram com o total de 17.986 matrículas de estudantes. Do total de matrículas recebidas, 427 compõem a população de estudantes público-alvo da Educação Especial.

Destacando esses sujeitos, a tabela 3 nos permite visualizar o fluxo total de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em escolas estaduais de Educação Básica localizadas em Vila Velha, no período de 2009 a 2018.

Tabela 3: Número total de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial no município de Vila Velha - Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
E.F. Anos Iniciais	52	48	51	37	26	29	58	64	55	39
E.F. Anos Finais	5	26	32	49	30	33	38	37	65	79
EJA (Todas as etapas de ensino)	34	14	10	12	15	12	6	8	31	46

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela 3 evidenciam que no município de Vila Velha a educação de crianças (especialmente nos anos iniciais do EF) concentra o maior quantitativo de matrículas – 860 no total. Já nos anos finais dessa etapa de ensino, podemos perceber uma queda no número de matrículas entre 2013 e 2014 e um significativo aumento nos anos de 2017 e 2018. Embora ocorra certa oscilação, associados a esses apontamentos, destacamos que os dados aqui apresentados expressam a centralidade assumida pelo poder público no que se refere a garantia de direito de todos à educação, principalmente quando nos referimos aos estudantes PAEE.

No mesmo município, percebe-se um número significativo de matrículas de alunos com baixa visão nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente em 2010 e 2011. Acreditamos que a baixa incidência no número de matrículas dessa população deve-se ao processo de municipalização ocorrido no estado, conforme já mencionamos.

Dando sequência na apresentação dos números de matrícula referente aos alunos com deficiência visual, apresentamos na tabela 4 matrículas de alunos que compõem esse público que se encontram matriculados em escolas públicas de Educação Básica do sistema estadual de ensino do ano de 2009 a 2018.

Tabela 4: Número total de matrículas de alunos Deficientes Visuais (cegueira e baixa visão) no município de Vila Velha - Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
E.F. Anos Iniciais	Cegueira	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
E.F. Anos Finais		1	2	2	—	—	—	—	—	—	—
EJA (todas as etapas de ensino)		2	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Ed. Infantil	Baixa Visão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais		6	26	15	2	2	—	—	—	3	3
E.F. Anos Finais		1	5	3	2	1	1	2	—	3	5
EJA (todas as etapas de ensino)		3	1	—	—	—	—	—	1	3	5

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Os dados da tabela 4 evidenciam que no município de Vila Velha o número de alunos com deficiência visual é bastante significativo, especialmente no ano de 2010, embora sofra uma redução no ano de 2011. Essa redução nos chama a atenção, principalmente quando olhamos para os anos de 2014 a 2016, em que não aparece nenhuma matrícula de alunos com cegueira e/ou com baixa visão. O quadro muda apenas no ano de 2018, quando notamos a efetivação de 02 matrículas de alunos com cegueira, sendo 01 matrícula nos anos finais do Ensino Fundamental e 01 na EJA. Esse processo pode ter impulsionado a efetivação de matrículas de alunos com baixa visão e cegueira nas escolas municipais de Vila Velha.

Assim, diante do cenário exposto, inúmeros desafios emergem para o processo de escolarização de crianças com deficiência visual matriculados nas escolas do sistema estadual no estado do Espírito Santo.

Discussão dos dados: perspectivas

Os dados sistematizados nas tabelas 01, 02, 03 e 04, em diálogo com a literatura, impulsionam o debate sobre importantes questões relativas à materialização das políticas de inclusão escolar no contexto da educação de crianças com deficiência visual matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Considerando os propósitos deste trabalho, destacamos duas questões específicas.

A primeira diz respeito à efetividade de matrículas de estudantes PAEE no ensino comum. No debate sobre essa questão, vale considerar os desdobramentos políticos e sociais decorrentes dos avanços na melhoria da saúde, da educação e do bem-estar da criança. Embora ainda marcada por desigualdades sociais e econômicas, essas melhorias vêm atingindo, de diferentes formas e intensidade, indivíduos e grupos, delineando outras faces do processo de crescer em nossas sociedades recentes.

Observamos que os temas relacionados à Sociologia da Infância vêm alcançando destaque em estudos na área da educação e, em especial, na área da Educação Infantil. Entendemos que esta etapa se realiza de diferentes formas, devendo, portanto, ser compreendida como uma variável sociológica que abarca uma diversidade de aspectos relativos à classe social, à identidade de gênero e ao pertencimento étnico-racial (ABRAMOWICZ, 2018).

Articulada a esses apontamentos, a segunda questão suscitada pelo trabalho investigativo que desenvolvemos refere-se à importância da sistematização e da análise de informações sobre a real demanda de estudantes com deficiência, entre esses, os estudantes com deficiência visual.

Ao assumir a premissa de que a finalidade da prática educativa escolar é a apropriação dos conhecimentos sociais pelos estudantes, vale observar que nem sempre estes demandam os mesmos recursos, tempo e as mesmas condições de aprendizagem. Assim, argumentamos que as diferentes necessidades e demandas dos estudantes precisam se constituir em balizadoras da disponibilização de recursos, de materiais, bem como para a localização de outros profissionais nas unidades de ensino pelas secretarias municipais de educação. A esse respeito, os dados estatísticos locais e gerais podem contribuir significativamente para/na implementação de políticas que objetivem qualificar as condições da oferta escolar para as crianças pequenas.

No campo da deficiência visual, esses recursos, tempos e condição de permanência desses sujeitos é algo importante a ser destacado, tendo em vista que, muitas vezes, o trabalho educativo desenvolvido com essas crianças demanda a aquisição e disponibilização de materiais e de aparatos específicos, sejam eles, a utilização do Sistema Braille, de fontes materiais didáticas ampliadas, materiais grafotáteis (reproduzidos em alto relevo, em película transparente de PVC etc.) bem como a elaboração de estratégias metodológicas que qualifiquem a dinâmica de ensinar e de aprender, garantindo a apropriação do conhecimento escolar por estudantes com deficiência visual.

Nesse sentido, compreender como se instituem as práticas escolares e pedagógicas do professor de arte em uma classe dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que conta com matrículas de crianças com deficiência visual, revela-se como desafio importante, tanto do ponto de vista da produção acadêmica quanto na dimensão da materialização da inclusão escolar.

Na nossa compreensão, considerar a dinâmica de ensinar e aprender como um movimento complexo pode colaborar na/para qualificação dos processos de apropriação dos

conhecimentos escolares por crianças com deficiência visual. Esse aspecto nos permite compreender que para a atuação com essas crianças, os professores necessitam ser, eles próprios, considerados partícipes diretos na construção e na condução de processos inclusivos escolares. Decorre daí a pertinência de debates que problematizem e tencionem mudanças radicais nas políticas que assumem as condições de trabalho dos professores como dispositivo para a melhoria dos “resultados escolares”. Esses debates trazem consigo indicadores importantes, senão fundamentais, capazes de nos ajudar a refletir e encaminhar questões relativas à dinâmica de trabalho do professor em classe de ensino comum que conta com a matrícula de crianças com deficiência visual.

Considerações finais

Em nossa investigação, buscamos problematizar a dinâmica de inclusão escolar de crianças com deficiência visual por meio dos dados estatísticos relativos ao fluxo total de matrículas dessa população em escolas estaduais de Educação Básica, pertencentes ao sistema estadual de ensino, localizadas no município de Vila Velha/ES.

Esta investigação evidenciou a pertinência de atentarmos para a identificação quantitativa e qualitativa de crianças com diagnóstico de deficiência visual e de outras deficiências matriculadas nas séries iniciais do EF, reconhecendo essa ação como importante dispositivo para a produção de políticas que atendam suas necessidades e especificidades, desde a primeira etapa de escolarização.

Outro ponto a ser evidenciado, a partir dos dados apresentados, diz respeito a presença dos estudantes PAEE, particularmente, de estudantes com deficiência visual nas escolas estaduais do estado do Espírito Santo localizadas no município de Vila Velha. Esse cenário evidencia que, no âmbito municipal o direito a educação dessas crianças tem sido garantido como prevê a legislação. No entanto, para que seja efetiva a manutenção desse direito, é necessário considerar alguns elementos importantes para que seja almejado uma educação plena e de qualidade para todos os estudantes. Embora, as condições de trabalho e de realização desse direito estejam profundamente marcadas pela lógica produtivista que toma os indivíduos no vácuo social a qualidade do ensino do ensino segue fundamentada na

iniciativa pontual e individual dos profissionais que, ao fim e ao cabo, devem ser compensados financeiramente.

Por fim, o crescente número de matrícula de estudantes PAEE, tem sido indicador fundante para implementações de políticas públicas em território capixaba. No fluxo desse debate consideramos que o sistema de ensino público precisa ser pensado de maneira articulada e orgânica, garantindo-se melhorias na transição entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Ademais, para que ocorra melhorias efetivas nos processos educacionais dos estudantes PAEE evidenciamos a educação escolar como um direito social fundante.

Observamos também que a dinâmica de acesso e de permanência dos alunos no contexto escolar precisa ser cada vez mais problematizada e, diante do exposto, evidenciamos que para que esses alunos tenham assegurados seus direitos de escolarização, é preciso um olhar sistemático sobre as condições objetivas de realização do trabalho do profissional que irá atuar com essas crianças.

Associado a essas questões, consideramos importante destacar que a criança com deficiência visual dispõe de outros sentidos que podem auxiliar em seu processo de apropriação dos conhecimentos trabalhados em sala de aula. Nesse aspecto, o professor deve ser um mediador positivo, levando em conta outras/novas opções que propicie a aprendizagem dessas crianças, objetivando sempre uma educação realmente inclusiva, dialógica, autônoma, voltada para a libertação e valorização da diversidade e das inúmeras potencialidades que essas especificidades trazem.

Referências

ABRAMOWICZ, A. "Sociologia da Infância: traçando algumas linhas". *Contemporânea*, v. 8, n. 2 p. 371-383. Jul. a Dez. 2018.

ANJOS, C. F. *Realidades em contato: construindo uma interface entre a educação especial e a educação do campo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. *Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.* Disponível em. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

BRASIL. *Lei nº 59, de 11 de novembro de 2009. Altera a emenda da Constituição Federal no artigo 208.* Brasília: Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Edições. 11 de novembro de 2009. Disponível em. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em 26 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. 2008.* Disponível em http://http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 11 mar. 2019.

CAMARGO, E. P; NARDI, R. “Planejamento de atividades de ensino de física para alunos com deficiência visual: dificuldades e alternativas”. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v.6, p.378 - 401, 2007.

ELIAS, N. *O processo civilizador.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. *Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAPLANE, A. L. F.; BATISTA, C. G. “Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola”. *Cadernos CEDES (Impresso)*, v. 28, p. 209-227, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica.* 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, D. C. F. “Quem sou eu? - A formação da identidade da pessoa com baixa visão e como o professor pode ajudar neste processo”. In: MAZEZONI, Andressa, GOMES, Vitor. (Org.). *Diálogos com professores: práticas e reflexões sobre a inclusão escolar.* 1ª ed. Vitória: Edufes, 2016, v. p. 19-40.

MESQUITA, M. C. G. D; CARNEIRO, M. E. F; AFONSO, L. H. R. “Função da escola: uma reflexão dialógica”. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 167-177, abr./jun. 2017.

SARAT, M. “A infância e a formação civilizada do indivíduo em Norbert Elias”. In: *XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: civilização, fronteiras e diversidade e V Seminário do grupo de pesquisa Educação e Processo Civilizador.* Dourados/MS: Edufgd, v. 1, 2012.